

peço muito obrigado

AJ 13 770

Continuam escassas ações para Região Metropolitana

Os prefeitos de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana, municípios que compõem a Grande Vitória, costumam ficar empolgados ao falar da Região Metropolitana, mas estão longe de colocar em suas agendas o tema como prioridade das atividades do dia. Apenas dois deles compareceram ontem à Câmara de Vitória para debater o assunto

LUCIANA CANUTO

**CENA
CAPIXABA**

Ao falar na Região Metropolitana, os prefeitos dos cinco municípios que compõem a Grande Vitória costumam ficar empolgados. O discurso continua contundente, mas as ações ainda são muito escassas. Eles estão

longe de colocar em suas agendas o tema como prioridade das atividades do dia. A prova disso ocorreu ontem, quando a Câmara de Vitória, por iniciativa do vereador Zezito Maio (PPB), promoveu um debate sobre o assunto e apenas dois prefeitos compareceram: Luiz Paulo Vellozo, de Vitória, e Jorge Anders, de Vila Velha - ambos do PSDB.

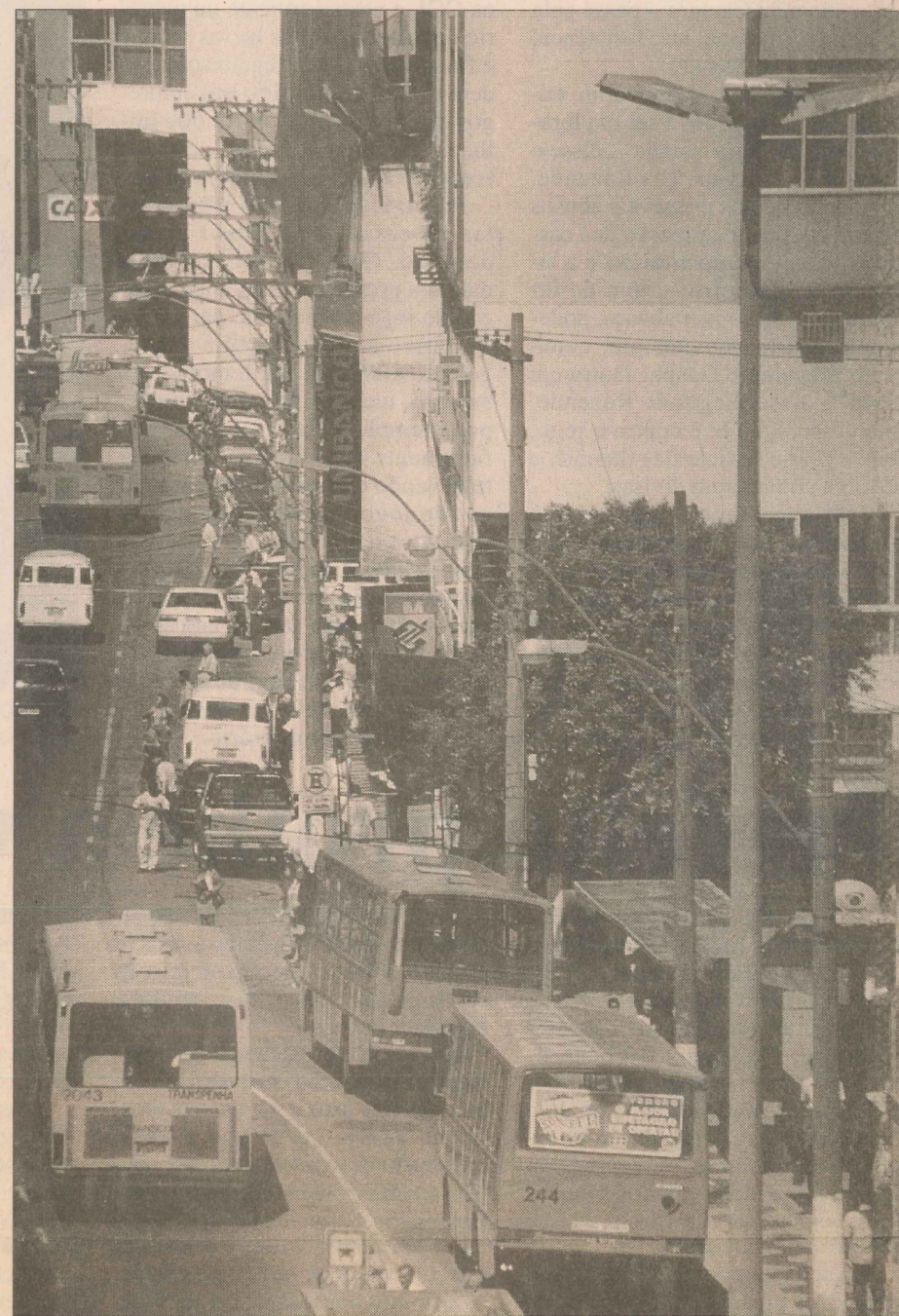
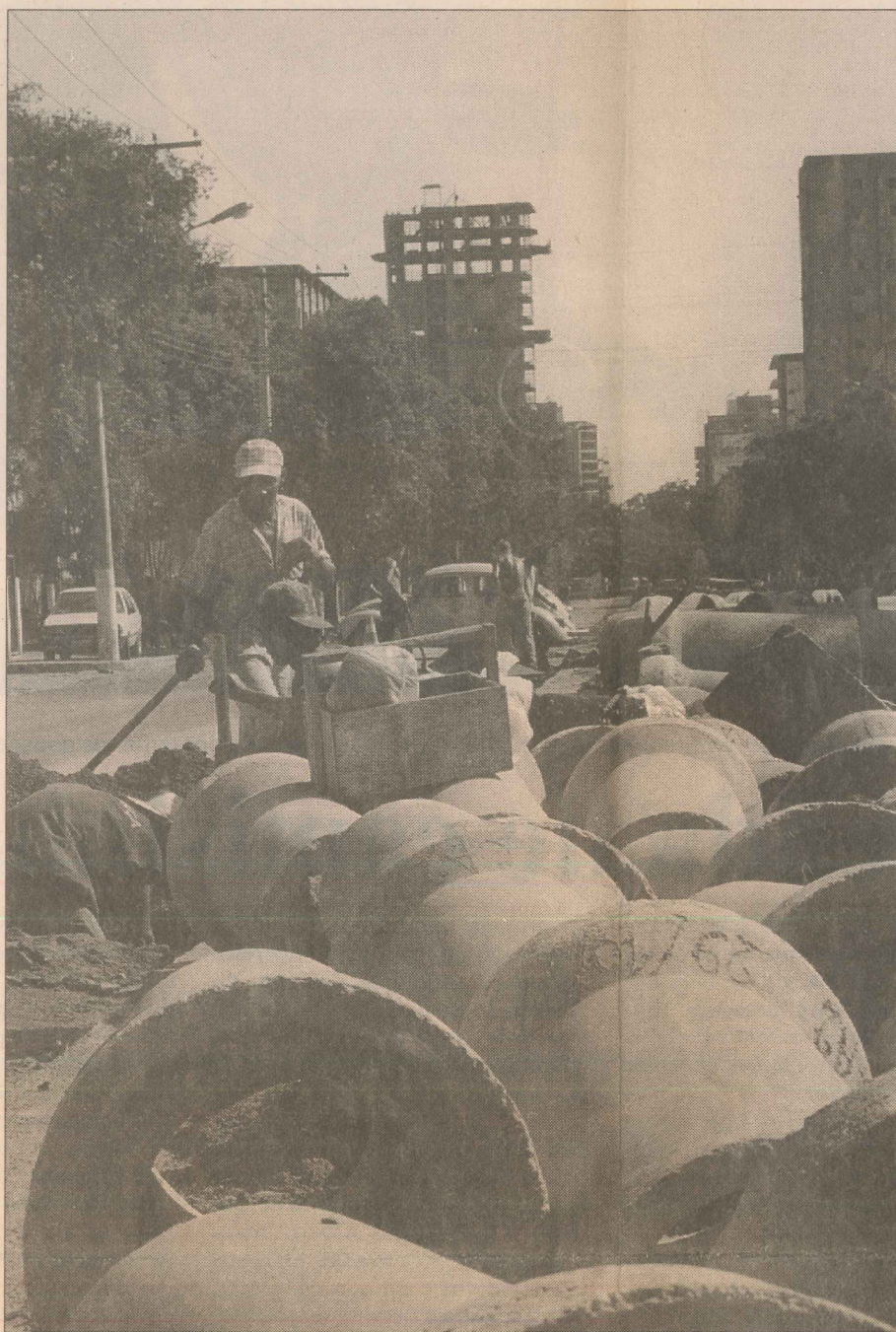
Mesmo tendo sido marcado há três semanas, o debate contou com a presença de alguns "gatos pingados", representando o movimento comunitário, e apenas seis vereadores: o presidente da Câmara de Vitória, César Colnago, Zezito Maio, Jair Lixeiro, Serginho Rabello, Cornélio Alvarino e José Coimbra.

Os prefeitos de Cariacica, Dejair Camata (PFL), e Viana, José Luiz Balestrero (PSB) não apareceram, não justificaram a ausência e muito menos enviaram alguém para representá-los. O único ausente que manifestou algum interesse em relação ao assunto foi Sérgio Vidigal (PDT), prefeito da Serra, que estava em Brasília e enviou o seu secretário de Planejamento José Eduardo Azevedo para representá-lo.

PROPOSTAS - O secretário, por sinal, apresentou uma das propostas mais interessantes para enriquecer o debate em relação à Região Metropolitana e levantou a possibilidade de as prefeituras se organizarem para elaborar um projeto para detectar os principais problemas e soluções comuns aos municípios que compõem a Grande Vitória.

"A exemplo do Projeto Vitória do Futuro, desenvolvido pela prefeitura da Capital, poderíamos nos unir para elaborar um projeto da Grande Vitória do Futuro. Hoje em dia, este debate é perfeitamente viável pois as prefeituras já desenvolveram um trabalho de cooperação mútua e, portanto, já existe o clima necessário para promover uma ação deste tipo", sugeriu José Eduardo Azevedo.

Luiz Paulo e Jorge Anders lembraram que existem várias ações que já foram implementadas para consolidar a Região Metropolitana mas, como reforçaram, isso



efetivas já desenvolveram um trabalho de cooperação mútua e, portanto, já existe o clima necessário para promover uma ação deste tipo", sugeriu José Eduardo Azevedo.

Luiz Paulo e Jorge Anders lembraram que existem várias ações que já foram implementadas para consolidar a Região Metropolitana mas, como reforçaram, isso não quer dizer que os problemas das cidades serão resolvidos "em um passe de mágica". O prefeito de Vitória ressaltou que os cinco municípios estão discutindo juntos uma solução para a regulamentação do transporte alternativo, o saneamento básico das cidades (via Prodespol), entre outras questões.

Foi o próprio Luiz Paulo quem explicou ao vereador Zezito Maio que já existe uma lei estadual aprovada na gestão do ex-governador Albuíno Azeredo que regulamenta a criação do conselho político, conselho técnico e câmaras técnicas para viabilizar a estruturação da Região Metropolitana.

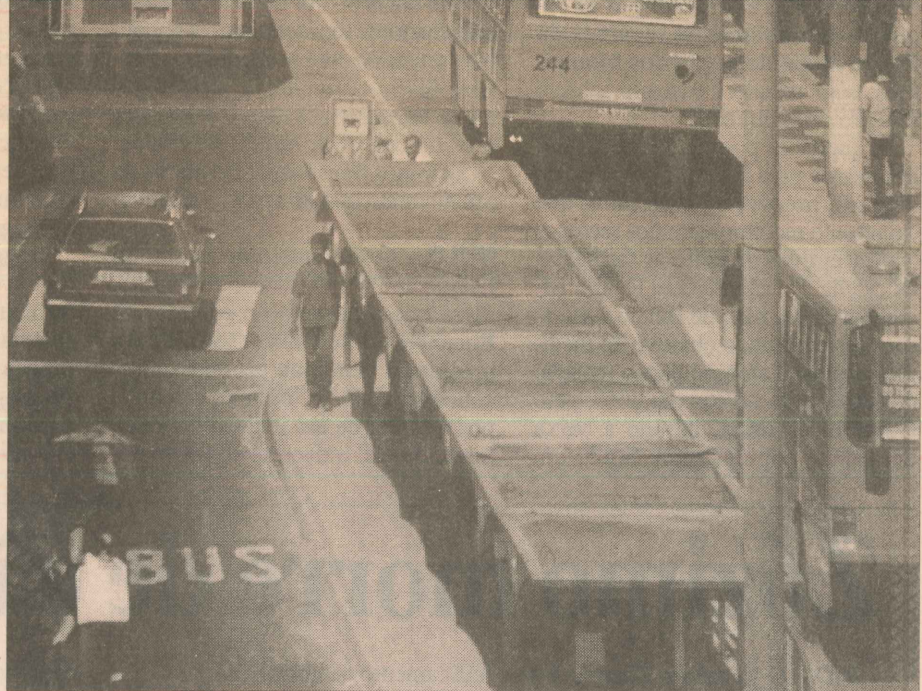
O prefeito Jorge Anders lembrou que caberia ao Estado coordenar as discussões deste processo, mas não o tem feito. "Sabemos que o Governo se encontra numa difícil situação política-administrativa-financeira e, por isso, tem tido dificuldades em puxar este debate. Eu não tenho direito político de convocar outros prefeitos para debater o assunto, mas tenho contado com a participação espontânea de todos", disse Anders.



SANEAMENTO

Obras de saneamento são necessárias para garantir abastecimento de água

J.A. Magnago



TRANSPORTE

A integração dos municípios poderá melhorar até o transporte coletivo

Nestor Müller

Discussão já existe há trinta anos Debate contribui pouco para efetivar processo

A estratégia de criação das regiões metropolitanas no Brasil foi formulada no período do regime autoritário. Em consonância com o projeto desenvolvimentista brasileiro, estas áreas, que estariam espalhadas pelo país, abrigariam pólos econômicos e sociais. Através da Emenda Constitucional nº 848, de autoria do então senador Eurico Rezende, a questão metropolitana foi inserida à Constituição de 1967 e, mais tarde, transformou-se no artigo 164 da Emenda Constitucional nº 1/69. Era o reconhecimento jurídico de um tema já discutido desde a Carta Constitucional de 1937.

Em 1973, a Lei Complementar nº 14 criou as oito primeiras regiões metropolitanas do país situadas em Fortaleza, Belém, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Em 1967, acontece a primeira iniciativa de trabalho integrado entre os municípios da Grande Vitória. Através da assinatura de um convênio, Cariacica, Vila Velha, Viana, Vitória e Serra criaram a Comissão de Planejamento Integrado da Grande Vitória (Copi).

A iniciativa é antiga porque, desde as últimas décadas, a sociedade organizada do Espírito Santo já havia vislumbrado que o desenvolvimento industrial ocorrido no Estado iria alterar profundamente as características do espaço urbano de Vitória, até chegar a sua configuração metropolitana atual. Hoje se observa que o crescimento desse espaço se deu de forma seletiva e ineficiente e continua dividindo papéis entre os municípios e as pessoas.

PERIFERIA - A partir desta forma desordenada de ocupação dos espaços, foram se formando os bairros ricos ao

redor de paisagens boas sobre terrenos supervalorizados. Sem acesso ao preço da urbanização, a população de baixa renda foi obrigada a ocupar áreas inadequadas à sua sobrevivência. Do outro lado da cidade, vários espaços vazios situados em locais melhores ficaram (e ainda ficam) à mercê de especulação imobiliária.

Já faz algum tempo, mas muitos ainda se lembram que a vida urbana capixaba era construída dentro dos limites da Ilha de Vitória. Do lado Norte, por exemplo, quem residia além da região da Curva do Saldanha, morava longe. Nessa época, a capital era caracterizada por abrigar funções administrativas e atividades portuárias li-

gadas à produção cafeeira e como canal de escoamento dos terminais especializados para exportação de minério de ferro, extraído pela CVRD, em Minas Gerais.

A malha urbana foi se expandindo ao longo dos principais eixos viários que recortam os cinco municípios da região. Ao longo do processo de crescimento, houve uma seleção do território. Atividades industriais seguiram para a Serra, onde existia solo firme e infra-estrutura, além de localização estratégica. Atividades administrativas e de prestação de serviços permaneceram no centro. Serviços, como por exemplo, os de atacadistas, oficinas, transportes e outros

se instalaram à beira da BR-262, em Cariacica, e Avenida Carlos Lindenberg, em Vila Velha.

Com 39 km² de área, a Ilha de Vitória está situada numa faixa estreita de terra imprensada entre a baía de Vitória e morros, facilitando o seu auto-estrangulamento. Falta de estacionamento, engarrafamentos que ocorrem a qualquer hora do dia, intranquilidade gerada pela violência urbana vêm compondo o perfil deteriorado do centro. Os primeiros reflexos desta situação é a transferência de diversas atividades administrativas, políticas, comerciais e residenciais para outras regiões, como é o caso da Enseada do Suá.



DEBATE

Na reunião de ontem na Câmara de Vitória, compareceram dois prefeitos e um representante da Serra

Joaquim Nunes

O debate de ontem na Câmara de Vitória é válido apenas para fomentar a discussão em relação ao tema que envolve a Região Metropolitana. Mas, na prática, tem muito pouco a contribuir para a efetivação desse processo. A avaliação é do professor da Ufes, Arlindo Vilaschi, ex-diretor-presidente do Instituto Jones dos Santos Neves, órgão que desenvolveu o projeto de criação da Região Metropolitana do Estado.

Segundo Vilaschi, a Região Metropolitana tem de ser pensada como um processo, uma discussão permanente, e não tratada a partir de eventos pontuais, como este que aconteceu ontem durante toda a tarde na sede do Legislativo municipal. "Quando se trata da Região Metropolitana, fala-se muito no papel administrativo dos municípios e eu acho que está na hora de se discutir as questões políticas que envolvem este tema", disse Vilaschi.

A implementação de fato da região de interligação da Grande Vitória não significaria apenas a solução para os problemas localizados dos municípios, mas a unificação de um centro urbano que detém, pelo menos, 60% da economia capixaba e 50% de sua população. Segundo análise do professor, a região tende, com isso, a aumentar o seu poderio econômico e, consequentemente, sua área de influência na economia fora do Estado. "Vai polarizar, além dos limites do Espírito Santo, uma região que ultrapassa desde Teixeira de Freitas até Governador Valadares", prevê Vilaschi.

INICIATIVA - Segundo o professor, o momento mais difícil que o Estado

passou já foi superado e a implementação do novo centro urbano só depende mesmo da iniciativa política dos administradores. "Nos anos 70, nós trouxemos até gente de fora para podermos elaborar o projeto de criação da Região Metropolitana, pois não tínhamos aqui no Estado uma mão-de-obra preparada para isso. Este foi o momento mais difícil e nós já superamos a fase, pois havia vontade e interesse político de desenvolvermos o projeto", ressaltou Vilaschi.

Enquanto os políticos se desencontram e o Governo do Estado não "aparece" para coordenar o processo de implementação da Região Metropolitana, os movimentos organizados se mostram decepcionados com o andamento precário do projeto e alertam para o fato de que há pouco interesse político por parte dos governantes. O tesoureiro da Associação de Moradores e Movimentos Populares do Espírito Santo (Famopes), Paulo Mattedi, por exemplo, aponta que falta continuidade neste processo de discussão.

Segundo ele, os governantes que se alternam no poder deixam de lado o que foi feito pelo antecessor e, portanto, o debate se perde no tempo. Mattedi reclama que as discussões atuais estão sendo feitas "a portas fechadas", onde a sociedade organizada não tem tido a oportunidade de se manifestar. "As comunidades nem são chamadas para debater e a gente nem sabe mais quem é que está coordenando este processo dentro do Governo", queixa-se Paulo Mattedi, que acompanhou a aprovação do projeto de criação da Região Metropolitana, na época, como presidente da Famopes.